

segue: "Ultrapassada a questão e construído o muro que delimita o espaço, surge novo problema, desta vez com as entidades ligadas à saúde, que nos obrigaram a construir no local uma casa mortuária, ruas pavimentadas e a fazer drenos. Só que a Junta de Freguesia já não tinha um tostão para fazer obras (recebemos dois mil contos, menos de metade do que gastámos) e a população criticava-nos por o cemitério estar pronto e os funerais ainda se realizarem para S. Teotónio". E o autarca, que sorri da "miséria que são as juntas de freguesia", conclui: "Valeu-nos um empreiteiro amigo que fez as obras a crédito e a quem fomos pagando aos poucos".

João Salvador, de 64 anos, fala-nos do cemitério "só para dar uma ideia" das dificuldades financeiras que as juntas de freguesia têm, sobretudo quando são novas. No entanto, apesar dos parcos recursos, o autarca orgulha-se da obra realizada desde 1989, e mesmo a anterior, da responsabilidade da Associação Cultural e Recreativa Zambujeirense, que em certa medida funcionou como comissão de moradores e embrião da junta. Além da sede da referida associação, hoje local de lazer para a terceira idade onde também funciona o posto médico, nos últimos anos foi construído o edifício da Junta de Freguesia (onde funciona um posto de Correios, evitando mais uma ida a S. Teotónio, para pagar o telefone ou a luz ou para receber a reforma), um posto de turismo, um mercado, vários caminhos rurais, o muro de proteção que separa a via pública da falésia e da praia e diversos espaços verdes. Como sublinha o velho autarca: "Isto é difícil, mas com força de vontade e persistência vai-se compondo". E para que a Zambujeira, uma referência em termos de limpeza pública, "ficasse ainda mais composta", João Salvador, que ainda não sabe se se recandidata às próximas eleições autárquicas, gosta de mais um conjunto de obras na sua terra. Quais? "Para começar, as acessibilidades, o alargamento e pavimentação do troço de entrada na aldeia, como foi prometido pelo Instituto das Estradas de Portugal, e depois a pavimentação da estrada que liga Zambujeira ao Brejão", diz-nos. E remata: "Um problema, por que essa estrada fica na área protegida". A repavimentação do largo central da aldeia, obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Odemira, é outra das reivindicações do autarca. "Se continuar na Junta, temos de construir quatro ou cinco pontões em várias ribeiras", diz ainda João Salvador, mostrando a sua preocupação pelos acessos. A ampliação do edifício sede da Junta de Freguesia, a electrificação rural (no Carvalhal e no Cabeço Queimado) e a implementação na freguesia (já em Outubro) do apoio ao domicílio são outras questões

que preocupam o autarca.

Freguesia perde população

Curiosamente, embora, em termos urbanísticos, Zambujeira do Mar tenha crescido imenso no último decénio, o Censo de 2001 prova que a freguesia perdeu população. Tal explica-se pelo facto de muitas dessas casas novas pertencerem a pessoas residentes noutras partes do País (têm ali a chamada casa de praia) e dos residentes com maior capacidade económica construírem segunda ou mesmo terceira habitação destinada ao aluguer no período de férias.

O número de crianças a frequentar o ensino básico tem reduzido nos últimos anos, ao ponto de ser sido desactivada, no anterior ano lectivo, a Escola Básica de Pinhal Novo, lugar da freguesia a quatro quilómetros de Zambujeira. Também na área do ensino, a aldeia continua muito dependente de S. Teotónio e de Oemira, uma vez que as crianças "só estudam na terra até ao quarto ano e depois têm de ir para fora".

Festival ajuda restauração e comércio

Terra de pescadores, de pequenos e médios agricultores (onde se regista a introdução de novas culturas) e de criadores de gado bovino, Zambujeira do Mar tem no turismo uma das suas principais actividades económicas. O Festival de Sudoeste – como já referimos – ajudou a tirar a terra do quase anonimato. Nos três dias de festival, Zambujeira recebe uma média de 25/30 mil visitantes. E o que ganha com isso, para além da projecção da freguesia a nível nacional?

João Salvador, que "não é contra nem a favor" do festival, sublinha que Zambujeira e todo o concelho ganham, antes de mais, em projecção. Depois "ganha toda a restauração e todo o comércio do concelho, especialmente de Zambujeira, S. Teotónio, Milfontes e Odemira". E prossegue: "A Junta de Freguesia não ganhou um tostão, pois não recebemos quaisquer contrapartidas das receitas de bilheteira ou quaisquer outras. Pelo contrário, se formos analisar, as autarquias perdem muito dinheiro. É todo o lixo provocado por milhares de pessoas, os estragos em mobiliário urbano, algum vandalismo aqui e ali, nomeadamente nos sanitários públicos". Toda-via, João Salvador faz questão de sublinhar que "não é contra" o Festival da Zambujeira (realizado na Herdade da Casa Branca, já na freguesia de S. Teotónio) e que, depois do impacte da primeira edição, que apanhou todos desprevenidos, agora "já passou a ser uma tradição, um acontecimento que traz mais valias à freguesia e ao concelho".



MONFORTE ACOLHE XII CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO

Desenvolvimento e qualidade de vida

O XII Congresso sobre o Alentejo, a ter lugar no último fim-de-semana deste mês, irá debater a qualidade de vida e as possibilidades de desenvolvimento.

Vinte e Cinco Anos de Poder Local Democrático no Alentejo: Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida" é o tema principal do XII Congresso sobre o Alentejo, que decorrerá entre os dias 28 e 30 na vila de Monforte.

Durante a conferência de imprensa para dar a conhecer o programa do congresso, realizada na semana passada, o presidente

da Câmara Municipal de Monforte, Rui Maia da Silva, realçou a importância de se abordarem "em profundidade" os problemas do Poder Local, nomeadamente através do debate em torno do tema "Poder Local, cidadania e o futuro", que terá lugar na manhã do dia 30 e que contará com a participação de oradores de três partidos políticos: Jorge Cordeiro (PCP), José António Ceia da Silva (PS) e José Raul Santos (PSD).

O autarca salientou, ainda, o programa cultural, coordenado pela Câmara Municipal de Monforte e pela Casa do Alentejo, que inclui uma evocação a Mestre Talhinha e um espectáculo com as marionetas Bonecos de Santo Aleixo.

Jorge Pinto, vereador da Câmara Municipal de Évora e membro do secretariado do congresso,

destacou, por sua vez, a importância do projecto da Barragem de Alqueva, considerando, no entanto, as questões da água e da terra como um "problema premente", para o qual "é urgente encontrar soluções de consenso que garantam um determinado modelo de desenvolvimento para a região". Sobre o Poder Local democrático, o autarca considerou ter sido "a mola real do desenvolvimento do Alentejo, na captação de investimentos, com acção relevante das autarquias".

Para José Pós de Mina, da Associação de Defesa do Alqueva, outra das entidades que integra o secretariado, o congresso pretende constituir-se num "grande debate e diversificado, de onde possam surgir ideias e conclusões que ajudem a resolver os problemas do Alentejo".

"Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida" é o tema a abordar no sábado, dia 29, que contará, entre outros, com o deputado Lino de Carvalho e com o presidente da Associação das Regiões de Turismo do Alentejo, João Andrade Santos.

Para a sessão de encerramento do Congresso, que integra uma homenagem ao matemático alentejano Bento de Jesus Caraça e uma exposição sobre a sua vida e obra, o secretariado convidou o Presidente da República Jorge Sampaio.

O secretariado do congresso é composto pela Associação de Defesa do Alqueva, Casa do Alentejo, "Diário do Alentejo", Universidade de Évora e pelas câmaras de Beja, Évora, Portalegre, Sines e Monforte.

Publicidade

Diário do Alentejo nº 1013 de 21/9/2001 Única Publicação



CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

AVISO

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL A TERMO CERTO

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 18 de Setembro de 2001, torna-se público que se encontram abertas inscrições com vista à seguinte contratação a termo certo, nos termos dos artºs 18º e 19º do Decreto-Lei nº 427/89 de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 218/98 de 17 de Julho (adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei nº 409/91 de 17 de Outubro):

2 CONDUTORES DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS

- Duração do contrato: 6 meses, com possibilidade de renovação por iguais períodos;
- Habilidades literárias exigidas: escolaridade obrigatória e carta de condução adequada;

- Remuneração mensal a atribuir: escalão 1, índice 148 (Esc: 89.700\$00);

- Local de trabalho: é circunscrito à área do Concelho de Beja;

- Resumo das funções a desempenhar: conduz máquinas pesadas de movimentação de terras, ou gruas, ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo, manobrando também sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das viaturas; zela pela conservação e limpeza das viaturas; verifica diariamente os níveis de óleo e água e comunica as ocorrências anormais detectadas nas viaturas; pode conduzir outras viaturas leves ou pesadas.

- As inscrições decorrem no período de 21/09/2001 a 27/09/2001, inclusivamente, devendo os interessados dirigir-se à Divisão de Recursos

Humanos, no prazo mencionado, das 9H00 às 16H00, fazendo-se acompanhar de photocópias do Bilhete de Identidade, número fiscal de contribuinte, cartão de beneficiário da Segurança Social, Certificado de Habilidades e carta de condução. Na impossibilidade de o efectuarem pessoalmente, poderão ainda remeter a candidatura pelo correio, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Beja (Praça da República, 7800-427 BEJA), registada, com aviso de recepção e expedida até ao termo do prazo fixado, contendo aqueles elementos.

Os candidatos serão seleccionados mediante a prestação de uma Prova de Entrevista Profissional de Seleção, classificada na escala de 0 a 20 valores, realizada pelo seguinte Júri:

Presidente: Vereador do Pelouro de Meio Ambiente, Manuel Francisco Colaço Camacho.

Vogais Efetivos: Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Drª Maria de Fátima Grilo Martins Covreiro, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e o Chefe de Serviços de Limpeza, Manuel João Soares Pica. Vogais Suplentes: Os Encarregados, João António Marques Bento e António Evangelista C. Alves.

Os resultados do presente processo de seleção serão válidos pelo período de seis meses, por forma a tornar possível a satisfação de eventuais necessidades de pessoal para o desempenho das mesmas funções.

Paços do Município de Beja, 19 de Setembro de 2001

O Presidente da Câmara
José Manuel C. Carreira Marques

Diário do Alentejo

JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • DIRETOR: CARLOS LOPES PEREIRA • ANO LXX • Nº 1014 (II SÉRIE) • 28 DE SETEMBRO DE 2001 • €0,65/130\$00

CONGRESSO

Ainda que as movimentações militares dos Estados Unidos e aliados dominem os noticiários, as atenções dos alentejanos estão voltadas este fim-de-semana para o XXI Congresso sobre o Alentejo, convocado para a bela vila norte-alentejana de Monforte, onde vão reunir-se centenas de pessoas empenhadas em debater o presente e o futuro da região.

Autarcas, deputados, dirigentes partidários, sindicalistas, trabalhadores, empresários, professores, estudantes, técnicos, artistas, representantes do movimento associativo, funcionários públicos – gente de quadrantes vários e com experiências diversificadas vão contribuir, decerto, para a discussão franca e aberta das grandes questões do Alentejo e do País e para a elaboração de propostas concretas para solução dos problemas inventariados. O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e seu aproveitamento, a estrutura fundiária, a situação da agricultura, as questões ambientais (entre elas a mais preocupante, a desertificação), projectos como o Porto de Sines e o Aeroporto de Beja, as acessibilidades, a descentralização administrativa e a regionalização sempre adiadas, os investimentos públicos (ou a falta deles), a cultura, o ensino, a saúde, a contínua quebra demográfica confirmada pelos resultados dos Censos 2001 – numa palavra, o desenvolvimento –, voltarão a estar no centro das preocupações dos congressistas, que em Monforte vão homenagear os 25 anos do Poder Local democrático alentejano.

Tal como aconteceu com cada uma das anteriores edições, ao longo dos últimos 15 anos, o XII Congresso sobre o Alentejo – mesmo com algumas ausências anunciadas, as do costume – será um novo marco na luta dos alentejanos por uma terra mais próspera, por um futuro pacífico e justo.

Carlos Lopes Pereira

O XII Congresso sobre o Alentejo, este fim-de-semana, vai homenagear os 25 anos de Poder Local democrático, debater a actualidade na região e reflectir sobre o futuro

MONFORTE DEBATE CONGRESSO RENOVADO

pág. 24 e Suplemento

NA CIDADE SEM O MEU CARRO



Política
 Masseno
 provoca
 demissões

pág. 13



Património
 Pelourinho
 vai ser
 recuperado

pág. 24

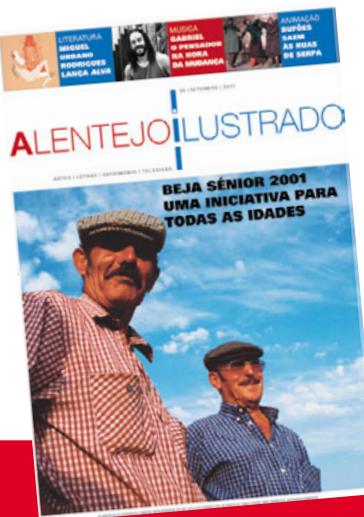
Sem automóveis
 mas com chuva...

pág. 2 e 3

Desporto
 Ourique
 recebe
 Aldenovense

pág. 22

Beja Sénior 2001, uma iniciativa para todas as idades



COMEÇA HOJE EM MONFORTE O XII CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO

Novo modelo em debate

Começa hoje, sexta-feira, em Monforte, o XII Congresso sobre o Alentejo, cujos trabalhos decorrem até domingo. Espera-se a participação de centenas de congressistas e o envolvimento de mais de um milhar de pessoas.

O tema deste fórum alentejano é "25 Anos de Poder Local Democrático no Alentejo /Participação, Desenvolvimento, Qualidade de Vida" e as sessões, no Pavilhão Municipal, realizam-se em plenário, havendo dois painéis: um, no sábado, sobre a "Valorização do território, desenvolvimento e qualidade de vida" e outro, no domingo, sobre "Poder Local, cidadania e o futuro".

Para esta tarde, às 18 horas, está marcada a sessão de abertura e, depois, um debate sobre o modelo futuro do próprio Congresso, a partir de uma reflexão apresentada pelo seu Secretariado. Adequar a organização e o funcionamento deste "grande fórum democrático de debate dos problemas do Alentejo" às realidades do começo do século é o objectivo a alcançar. Até agora, além do plenário, o Congresso sobre o Alentejo tem como órgãos uma comissão promotora alargada (autarquias, colectividades, associações, escolas, empresas, entidades diversas) e o Secretariado permanente formado pelas câmaras munici-



país de Portalegre, Évora, Beja e Sines, pela Casa do Alentejo em Lisboa, Associação de Defesa de Alqueva, Universidade de Évora e "Diário do Alentejo".

Convocado pela primeira vez em 1985, o Congresso sobre o Alentejo reuniu-se nas 11 edições anteriores – oito ordinárias e três extraordinárias – rotativamente em Évora (duas vezes), Beja (duas vezes), Elvas, Sines, Portalegre, Moura, Estremoz, Serpa e Santiago do Cacém, "semeando novos rumos", discutindo os grandes problemas da região, apresentando propostas, reivindicando soluções,

colocando o desenvolvimento do Alentejo no centro da agenda política. Poucos temas relativos ao Alentejo e à diáspora alentejana terão escapado à discussão dos congressistas ao longo desta última década e meia – da história à economia, da cultura à sociedade, do turismo à integração europeia e à cooperação transfronteiriça, da água à estrutura fundiária, de Alqueva à regionalização e à descentralização administrativa.

No domingo, 30, antes da sessão de encerramento – habitualmente é aprovado um texto com as principais ideias consensuais –,

o Congresso rende homenagem a Bento de Jesus Caraça, democrata alentejano cujo centenário foi este ano comemorado.

No plano cultural, o XII Congresso propõe para hoje, sexta-feira, um espetáculo com os Bonecos de Santo Aleixo, na Sociedade Filarmónica Monfortense, e, para amanhã, um concerto com Vitorino, na Praça da República. No domingo, haverá um desfile pelas ruas de Monforte no qual se prevê a participação de 38 grupos corais e sete ranchos folclóricos integrados por mais de um milhar de elementos. ☺



carlos rico

O Tempo



Sexta-feira: céu muito nublado, vento forte, subida da temperatura mínima, aguaceiros. Sábado: céu pouco nublado, vento fraco, aguaceiros. Domingo: céu muito nublado, vento fraco.

ÉVORA

Lino de Carvalho na AM

Lino de Carvalho apresenta-se na próxima segunda-feira à tarde, no Palácio D. Manuel, como cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Évora, no contexto das eleições autárquicas de 16 de Dezembro. O deputado comunista, que integra aquele órgão autárquico, vai ter como adversários Capoulas Santos, actual ministro da Agricultura, pelo PS, Rosado Fernandes, deputado e antigo presidente da CAP, pelo CDS/PP, e José Palma Rita, sociólogo, que se candidata pelo PSD. Deputado eleito pelo círculo de Évora desde a V Legislatura (1987) e vice-presidente da bancada comunista, Lino de Carvalho, de 54 anos, foi activista no processo da Reforma Agrária e é membro do PCP desde 1969. Nas autárquicas de 1997, a CDU venceu na Assembleia Municipal de Évora com 42,5 por cento dos votos (10 mandatos), seguida do PS, que alcançou 34,4 por cento (oito mandatos), e do PSD, a quem coube 15,7 por cento (três mandatos). ☺

BEJA

Pelourinho em reparação

O pelourinho da Praça da República, derrubado no decorrer de trabalhos de uma empresa de som de Beja, está a ser recuperado e vai ser reposto o mais rapidamente possível, segundo uma nota de imprensa emitida pela Câmara Municipal de Beja. Os trabalhadores da empresa tentavam fixar um fio eléctrico ao pelourinho, quando encostaram uma escada ao referido monumento e exerceram força sobre um dos seus lados, o que provocou o desmembrar das peças. O monumento nacional não era o original, mas uma réplica do pelourinho manuelino, localizado noutra zona da Praça. O fuste verdadeiro está exposto na Praça de Armas do Castelo de Beja. ☺

Publicidade

Diário do Alentejo nº 1014 de 28/09/2001 Única Publicação

Beja
CÂMARA MUNICIPAL



Concurso

"Compre no Comércio Tradicional... e Ganhe Prémios"

Sorteio realizado no dia 25 de Setembro, pelas 18 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Beja.

Os prémios deverão ser reclamados até dia 1 de Outubro.

1º Prémio – 1 Bicicleta Assistida Electricamente – ECO-BIKE

2º Prémio – 1 Bicicleta Convencional

3º Prémio – Passes Urbanos para o mês de Outubro

Lista de premiados

1º PRÉMIO – Maria Ana Gonçalves Engrácia Martins

2º PRÉMIO – Maria Joana Querido Lameiro

3º PRÉMIO – Maria Helena Coelho Simenta; Eugénia Francisca Porfírio (3); Catarina Raposo de Sousa; Isabel Bexiga; Antónia da Graça Patrício Troncão (2); Mariana Perpétua Amaro; Inês Romão Luz (3); Isabel Jesus Bexiga; João Ricardo Fernandes Caiado; Joana Rosa Pé-Leve (2); Celestina Maria Martins Batista; Cremelina Custódia Cavaco Baltazar; Ester Chora; Diogo Filipe Guerreiro Bexiga; Alfredo José Costa; Francisco José Caramba; Lara Queiroz.

Concurso publicitário Nº 8/2001, autorizado pelo Governo Civil do Distrito de Beja em 19/09/2001

VENHA DESCOBRIR A PLANÍCIE DOURADA



BEJA Beja Sénior 28 a 30 de Setembro **CASTRO VERDE** Bernardo Sassetti
Trio 2 de Outubro **ALJUSTREL, BEJA, MINA DE S. DOMINGOS** Congresso
Internacional sobre Património Geológico e Mineiro 4 a 7 de Outubro

XII CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO

28 | 29 | 30 | setembro MONFORTE

Monforte recebe XII Congresso sobre o Alentejo

O XII Congresso sobre o Alentejo tem início hoje, em Monforte, subordinado ao lema "25 Anos de poder Local Democrático no Alentejo - Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida". Mais uma vez é esperada uma ampla participação, com dois painéis

propostos como pano de fundo: "Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida" e "Poder Local, Cidadania e o Futuro". Um dos momentos aguardados é a homenagem a Bento de Jesus Caraça.

Está aí o XII Congresso Sobre o Alentejo que durante os dias 28, 29 e 30 de Setembro vai constituir, em Monforte, uma oportunidade de debate de várias questões relacionadas com o desenvolvimento do Alentejo e um momento privilegiado para se encontrar vias que permitam a resolução dos principais problemas sentidos por esta região.

Durante décadas e meia um conjunto de personalidades, designadamente ligadas ao Poder Local, representativas das mais diversas opiniões, têm efectuado uma vasta análise da situação socio-económica do Alentejo centrada nas questões mais relevantes do momento, de que resultaram estudos e propostas que constituem uma importante fonte de experiências e de conhecimentos.

Desde a realização do I Congresso em Évora este fórum passou por diversas cidades, caso de Beja, Elvas, Sines e Portalegre, sempre abordando questões de importância crucial para o Alentejo. O objectivo mantém-se, desta vez com o lema: 25 Anos de poder Local Democrático no Alentejo - Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida", subdividido em dois painéis: "Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida" e "Poder Local, Cidadania e o Futuro".

O actual Secretariado do Congresso é composto pela Associação de Defesa de Alqueva, Casa do Alentejo, jornal Diário do Alentejo, Universidade de Évora e câmaras municipais de Beja, Évora, Portalegre, Sines e Monforte.

O programa agendado para o Pavilhão Municipal tem início às 17 horas do dia 28, com a recepção dos congressistas e entrega de documentação, estando a sessão solene de abertura marcada para as 18 horas, sendo presidida pelo presidente da Câmara Municipal de Monforte, Rui Maia da Silva. Nessa mesma tarde será ainda efectuada uma reflexão sobre o modelo do Congresso, presidida pela Câmara Municipal de Portalegre, que incluirá uma intervenção do presidente da Câmara Municipal de Beja.

A parte cultural tem início às 21 horas com um espectáculo dos Bonecos de Santo



Aleixo (Sociedade Filarmónica Monfortense) e uma tourada (Praça de Touros de Monforte).

O segundo dia dos trabalhos centra-se no painel "Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida", cuja primeira parte será presidida pela Câmara Municipal de Évora, tendo como convidados Maria Filomena Mendes (Instituto Nacional de Estatística) e José Maria Pós de Mina (Associação de Defesa de Alqueva). O painel é retomado às 11 e 45 horas, desta vez presidido pela Universidade de Évora e tendo como convidados José Manuel Duarte Regato (Escola Superior Agrária de Beja) e Lino de Carvalho (Deputado).

Após o almoço prosseguem os trabalhos, desta vez presididos pela Associação de

Defesa do Alqueva. Abílio Amiguinho (Escola Superior de Educação de Portalegre) e Jorge Carvalho (Urbanista) serão os convidados.

Após um breve intervalo, o tema será retomado, ficando desta vez a presidir a Câmara Municipal de Sines e tendo como convidados Fernando Travassos (Associação de Municípios do Litoral Alentejano), João Andrade Santos (Associação das Regiões de Turismo do Alentejo) e Diogo Júlio Serra (União de Sindicatos do Distrito de Portalegre).

Duas horas após o jantar do Congresso, marcado para as 19 horas em tenda junto ao Hotel Fénix, terá lugar a actuação de Vitorino, na Praça da República, num dos momentos altos do programa cultural.

O último dia do Congresso tem início às 10 horas com o segundo painel subordinado ao tema "Poder Local, Cidadania e Futuro", presidido pela Câmara Municipal de Beja, sendo convidados Jorge Cordeiro (Comissão Política do PCP), José Ceia da Silva (Federação Distrital do PS) e José Raul dos Santos (Comissão Política do PSD).

Após uma pausa para café, os trabalhos do painel são reiniciados, prolongando-se até às 12 e 30 horas. Segue-se uma homenagem a Bento de Jesus Caraça, presidida pela Câmara Municipal de Monforte, que contará também com a presença do filho do homenageado, estando o encerramento do Congresso marcado para as 13 horas, assinalado por uma intervenção da Câmara Municipal de Évora.

**"25 Anos de Poder Local Democrático no Alentejo
Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida"**

25 anos de Poder Local Democrático no Alentejo: Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida



O Poder Local Democrático foi um dos marcos históricos trazidos pelo 25 de Abril de 1974.

Ao longo destes 25 anos houve claramente períodos que distinguiram a intervenção dos órgãos de Poder Local com vista ao Desenvolvimento Sustentado e naturalmente, melhoria da qualidade de vida das populações. Numa primeira fase houve necessidade de dotar as populações dos meios necessários à melhoria da sua qualidade, nomeadamente dotar estas populações de infraestruturas básicas - água, electricidade e saneamento básico e outros equipamentos de uso colectivo. Há longos anos que a Região Alentejo possui um dos mais altos índices de coberturas destes bens. Posteriormente passou-se a uma fase relacionada com o planeamento e desenvolvimento económico. Como todos temos conhecimento a nossa região ao longo dos anos tem sido marcada por políticas centrais que desconhecem a realidade da região, realidade esta marcada pelo êxodo rural desde os anos 60 e que se tem vindo a acentuar de forma muito marcada nas últimas décadas, fruto das políticas de desestruturação da própria economia regional

e de não terem sido tomadas medidas realistas e consentâneas com a realidade local. As Autarquias Locais, conhecedoras dos modos de vida, dos desejos, das aspirações e das necessidades das populações tomaram para si a responsabilidade de criar e desenvolver as condições necessárias para a instalação de unidades industriais que permitissem estancar a "sangria" da saída de população. Contudo, as medidas tomadas pelas autarquias locais não foram acompanhadas pelas necessárias medidas estruturais, responsabilidade dos sucessivos governos do nosso país.

Actualmente as preocupações do Poder Local centram-se na qualificação do meio e da vida das populações, mas na ordem do dia estão também a descentralização de competências para os municípios sem que tenha ainda sido equacionada a necessária descentralização financeira para fazer face a estas novas competências. Numa constante complexificação da sociedade impõe-se a definição de políticas de Desenvolvimento onde exista harmonia entre o social, individual, a cultura e o ambiente, ou seja, orientar para um processo integrado de mudança global. Contudo, se quisermos empreender essa mudança é necessário fomentar a participação activa das populações no processo de Desenvolvimento. A participação das populações, dos agentes económicos, sociais e culturais no processo de Desenvolvimento é um dado imprescindível pois, como documentam diversos estudos sobre estas temáticas e como a própria realidade o demonstra, quanto maior é o grau de envolvimento das populações maior é o grau de inovação na procura de soluções para os problemas.

É importante que o Congresso Sobre o Alentejo reflecta sobre o modelo de Poder Local para o novo século e quais os desafios e respostas que o Poder Local e a Sociedade têm que dar para o Desenvolvimento da Região.

Rui Manuel Maia da Silva

Falta capacidade para influenciar o rumo dos acontecimentos



Ao fim de todos estes anos de debate e análise dos problemas que condicionam o desenvolvimento regional que conduziram inúmeras vezes à elaboração de propostas e projectos para o relançamento económico e social do Alentejo, temos de reconhecer que o balanço está muito longe de corresponder às expectativas que, no meu ponto de vista, foram acalentadas ao longo de década e meia.

Não basta ter uma ideia do que precisa a região. Não basta propor o que deve ser feito para que o Alentejo recupere o atraso que tem condicionado dolorosamente o bem estar das populações. É imperioso revelar e assumir, uma efectiva capacidade de intervenção, formas novas de reivindicar junto dos diversos poderes centrais as respostas que são necessárias aos nossos problemas e dificuldades.

Que nos interessa o conhecimento adquirido se ele não trava o êxodo das populações e a consequente desertificação humana. Que nos

interessam as análises feitas se prevalece o subdesenvolvimento que continuamos a considerar como um fatalismo.

Há que repensar o método seguido na preparação e realização dos congressos sobre o Alentejo. Ainda subsistem muitos anátemas nas relações entre os diferentes sectores políticos e económicos. Ainda permanecem muitas quintinhas e feudos que dividem os alentejanos. Somos tão pobres que é um absurdo dispensar capacidades intelectuais e técnicas só porque o fantasma ideológico ainda continua a ser uma pedra no sapato do nosso relacionamento.

Não temos alternativa à conjugação de esforços. Tudo deve ser discutido sem prévia ordem de trabalhos. Temos gente de valor em todas as áreas do nosso panorama político. O que não podemos é continuar a pactuar com os governos ou os estados maiores dos nossos partidos, porque isso tem colocado demasiadas vezes em causa os interesses locais e regionais.

Desconforta ouvir dizer que não temos força, porque não temos a força do voto. Mas continuamos a aceitar que os responsáveis governamentais e líderes dos nossos partidos vêm à região apenas para cumprir programa, com uma atitude que é reveladora do papel secundário em que nos colocam.

Por isso eu digo que é tempo de meditar profundamente no que temos feito até hoje, em prol da nossa região, e acabar com o carpir constante dos nossos lamentos e desencantos. Temos de passar a influenciar com mais determinação o rumo dos acontecimentos, evitando que permaneçam nas mãos de outros as soluções que só nós podemos encontrar para resolver os nossos problemas.

José Raul dos Santos

25 anos de Poder Local Democrático “O quarto Período que falta”



É normal e consensual para todos aqueles que têm vivido de perto o Poder Local Democrático em Portugal, desde Abril de 1974, dividir em três períodos distintos o trabalho das Autarquias locais:

- Um **primeiro período**, grosso modo abrangendo as décadas de 70 e 80, que identificamos como o período das grandes obras, de infraestruturas e de equipamentos colectivos.
- um **segundo período** a partir da década de 90, que identificamos como o período do desenvolvimento económico dos Municípios e das Freguesias, com uma forte componente do planeamento e ordenamento dos territórios Municipais.

- um **terceiro período**, ainda em curso actualmente, identificado como o período da modernização, de qualificação urbana, e ainda da descentralização administrativa e financeira pelo aumento significativo das competências e das capacidades financeiras do Poder Local. Hoje em dia, em minha opinião, o Poder Local sofre de um mal crónico chamado "MEDO". Têm medo os eleitos locais do Partido do Governo de se pronunciarem contra este marasmo, porque poderão sempre, serem excluídos em próximas listas eleitorais.

Têm medo os eleitos locais dos Partidos de oposição ao Governo, pelas mesmíssimas razões e ainda porque não havendo oposição central ao Governo Socialista, porque carga de água teriam que ser os autarcas a substituir-se às direcções partidárias na prática oposicionista, com todos os riscos inerentes.

Só o medo dos Autarcas pode justificar esta paz podre nas relações entre o Poder Central e o Poder Local.

A regionalização administrativa foi durante quase vinte anos bandeira de luta dos autarcas portugueses. Depois da derrota do referendo em 1998, já lá vão 3 anos, tudo foi arquivado e esquecido, parece!

Desde 1998 que se prometeu aos Autarcas Portugueses, até como compensação à ausência da regionalização administrativa, um forte reforço de descentralização do Estado para os Municípios, mais competências, mais finanças – (o 1º Ministro chegou a afirmar em Congresso dos Municípios que o Governo tem poderes a mais e os Municípios e Freguesias poderes a menos e que estava disponível para corrigir a situação urgentemente)

- foi o que se viu – nada!

Em 1999, a Lei 159/99 de 14 de Setembro veio estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração local e central concretizando, dizia a lei, os princípios de descentralização administrativa e de autonomia do Poder Local.

2 anos depois – nada!

Faltará, quanto a mim, um **quarto período** na vida do Poder Local Democrático em Portugal. O período da luta política acesa, de permanente reivindicação perante a inércia dos Governos Centrais, de exigência de maior intervenção pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia na satisfação das necessidades das populações, falta o período da voz do descontentamento dos eleitos locais fazer-se ouvir, alto e bom som, porque a voz dos eleitos locais não é mais que a voz das populações, nua a crua, e estas estão fartas de serem vítimas do desprezo ostensivamente praticado pelos detentores do poder, ou melhor dizendo, dos detentores das cadeiras do poder, porque apenas estão lá sentados.

Francisco do Ó Pacheco

Nos últimos 25 anos muito se tem feito em prol do Desenvolvimento e Qualidade de Vida



(GAT) que muito têm contribuído para acelerar processos de planeamento e construção em muitos concelhos. Sei que ainda há muito para fazer no poder local e será bom para as populações que os autarcas não cruzem os braços e estejam atentos aos problemas actuais das suas populações que, muito embora não sejam os mesmos com que se debatem os autarcas nos primeiros anos de democracia, são outros que, pelas suas características não merecem menos atenção. Falo concretamente do desemprego, do desenvolvimento local, dos problemas da terceira idade, da segurança e dos anseios da juventude.

O desenvolvimento regional é decisivo para fixação da população mais jovem que está a desbandar para os grande centros por falta de uma política central adequada que possa ajudar as autarquias a fixar nos seus concelhos do interior as suas populações, em vez de fomentar o gigantismo dos grandes centros onde muito se perde e mal se vive.

O meu apelo aos actuais e futuros autarcas é no sentido de suprir as assimetrias e pressionar o poder central, para que sejam criadas verdadeiras políticas de desenvolvimento no interior, que muito poderão reforçar o poder autárquico, com leis que favoreçam uma maior autonomia financeira para as autarquias, de modo a que estas possam por si solucionar os problemas locais de acordo com os interesses reais das suas freguesias e concelhos.

Acredito no poder local democrático como mola de desenvolvimento regional sem paixões nem fanatismo, mas antes com justiça consenso e democracia.

Rui Nabeiro

12 Congressos sobre o Alentejo (1985-2001)

As primeiras notícias dando conta do interesse de círculos próximos da Casa do Alentejo em Lisboa em reunir um Congresso Alentejano remontam a 1939 e 1933, quando se realizaram o I e o II Congressos de Imprensa Alentejana. Apesar de várias tentativas ao longo do tempo,

só volvidos 50 anos, em 1985, nas condições de liberdade e vivência democrática que o 25 de Abril proporcionou, foi possível concretizar o sonho. Évora acolheu o primeiro Congresso, sob o lema "Semeando Novos Rumos".

OXII Congresso do Alentejo será seguramente um grande fórum democrático de debate dos problemas do Alentejo.

O Congresso sobre o Alentejo, representativo das diferentes opiniões e sensibilidades dos alentejanos tem atrás um historial que, ao longo da última década e meia tem procurado abordar as questões que em cada momento assumem maior relevância.

Neste princípio de século, os estudos e as propostas dos congressos efectuados constituem um valioso património de conhecimentos e experiências, incontornáveis sempre que se trata de encontrar soluções para a persistente crise económica e social que caracteriza o Alentejo.

As primeiras notícias dando conta do interesse de círculos próximos da Casa do Alentejo em Lisboa em reunir um Congresso Alentejano remontam a 1939 e 1933, quando se realizaram o I e o II Congressos de Imprensa Alentejana. Apesar de várias tentativas ao longo do tempo, só volvidos 50 anos, em 1985, nas condições de liberdade e vivência democrática que o 25 de Abril proporcionou, foi possível concretizar o sonho.

O I Congresso sobre o Alentejo teve lugar em Évora, de 25 a 27 de Outubro de 1985, sob o lema "Semeando Novos Rumos". Participaram cerca de 600 congressistas e foram apresentadas 140 comunicações, tendo sido debatidos, em 11 mesas, três grandes temas: "O Homem e o seu Enquadramento Social e Cultural", "Recursos, Ciéncia e Técnica" e "Economia e Desenvolvimento Regional" (tendo sido neste último tema abordadas questões como a agricultura e a estrutura fundiária, os grandes projectos e as linhas de desenvolvimento).

Beja acolheu o II Congresso sobre o Alentejo, de 15 a 17 de Maio de 1987, de novo com o lema "Semeando Novos Rumos". Foram tratados vários temas: História, Cultura e Sociedade no Desenvolvimento do Alentejo, Desenvolvimento Endógeno e Regionalização.

Concebido como fórum bienal, o Congresso Sobre o Alentejo reuniu-se pela terceira vez em Elvas de 5 a 7 de Outubro de 1989. Ainda com o lema "Semeando Novos Rumos", centrando os debates nos problemas do desenvolvimento equacionados na óptica da integração de Portugal no Mercado Comum, foram debatidos, na perspectiva do Desenvolvimento e Integração Europeia, a agricultura e a agro-indústria, a indústria e as suas potencialidades, o ensino e a investigação, e o planeamento e a regionalização, além da temática Sociedade, Cultura e Património.

Sines acolheu o IV Congresso Sobre o Alentejo, a 30, 31 de Maio e 1 de Junho de

painéis trataram temas como demografia regional, regionalização, identidade cultural, Alqueva e desenvolvimento agrícola, ambiente e recursos hídricos, a indústria e a agro-indústria, as cidades alentejanas.

Convocado de novo em sessão extraordinária, o VIII Congresso Sobre o Alentejo realizou-se em Moura, a 6 de Abril de 1996, para debater, uma vez mais, o tema "Regionalização e Desenvolvimento". Mais de 500 congressistas reafirmaram, em clima de consenso alargado, a necessidade da regionalização, tendo a maioria defendido a criação de uma única região administrativa no Alentejo.

O IX Congresso Sobre o Alentejo, ordinário, reuniu-se em Estremoz, de 26 a 28 de Setembro de 1997, com o tema "Alentejo, Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento". Com trabalhos repartidos por diferentes painéis, o Congresso reafirmou a importância do empreendimento de Alqueva e da instituição da região administrativa do Alentejo para o desenvolvimento regional. Foram prestadas homenagens a Aníbal Falcato Alves, José Sena e Vítor Paquete.

O X Congresso Sobre o Alentejo, extraordinário, realizou-se a 17 de Outubro de 1998, na vila de Serpa. Mais de 500 participantes debateram o tema "Regiões Administrativas - Factor de Coesão e Desenvolvimento", subdividido em dois subtemas: "Órgãos Regionais - Competências e Atribuições, Financiamento e Relações Institucionais" e "A Região como Factor de Desenvolvimento".

Em 1999, o Congresso Sobre o Alentejo voltou ao Litoral Alentejano, reunindo-se pela 11ª edição em Santiago do Cacém, a 17, 18 e 19 de Setembro, onde os participantes debateram em plenário o tema "Descentralizar, Investir, Desenvolver - Uma Apostila no Futuro". Foi prestada homenagem a António Alexandre Raposo.

Em suma: ao longo destes 16 anos, desde o I Congresso Sobre o Alentejo, em 1985, em Évora, os grandes problemas do Alentejo e do País - de Alqueva à regionalização, sempre com a ideia do desenvolvimento presente - têm sido tratados no grande fórum sobre e nossa região.

É neste sentido - debater os grandes problemas actuais e futuros do Alentejo - que, uma vez mais, se vai realizar o Congresso, agora na sua 12ª edição, em Monforte, com o lema "25 Anos de Poder Local Democrático no Alentejo - Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida", subdividido em dois temas - "Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida" e "Poder Local, Cidadania e o Futuro".



A construção da barragem de Alqueva foi um dos grandes temas debatido em anteriores congressos

1991, com o mesmo lema, mas com o tema "Uma Década para Recuperar o Atraso". Os trabalhos foram distribuídos por cinco secções: Desenvolvimento e Regionalização; Agricultura, Agro-indústria e Pecuária; Turismo e Ambiente; História, Cultura e Sociedade; e Ciências do Mar, Pesca e Aquacultura. Recorde-se que, em Sines, o Congresso prestou homenagem à artista Eunice Munhoz.

O V Congresso Sobre o Alentejo, convocado em sessão extraordinária, teve lugar em Beja, a 13 de Junho de 1992, sendo o tema "Água, Factor de Desenvolvimento", face à existência de um período de prolongada seca. Foi exigido com grande veemência - tal como aconteceu nos anteriores congressos - a construção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, como factor de desenvolvimento da região. A 28, 29 e 30 de Maio de 1993, o VI Con-

gresso Sobre o Alentejo reuniu-se em Portalegre, ainda "Semeando Novos Rumos" mas colocando a reflexão em torno de "O Alentejo e a Europa Comunitária - Desenvolvimento Transfronteiriço". Esta temática, do desenvolvimento transfronteiriço, a água, a cultura e o património, o turismo e o ambiente, bem como a regionalização administrativa voltaram a estar no centro das atenções dos congressistas, em debates organizados por diversos painéis. Em Portalegre, foram homenageados José Régio, Salgueiro Maia e Túlio Espanca.

Dez anos depois, o grande fórum alentejano voltou a Évora, ali se realizando a sua sétima edição. Sempre "Semeando Novos Rumos", o VII Congresso decorreu de 12 a 14 de Maio de 1995 na Universidade de Évora, para reflectir sobre "O Alentejo no limiar do século XXI - A diáspora alentejana e os cenários de futuro". Diversos

PROGRAMA

Dia 28 | Sexta Feira

17.00h - Recepção dos Congressistas
Entrega de Documentação
18.00h - Sessão Solene de Abertura do Congresso
Mesa: Secretariado
Preside: Presidente da Câmara Municipal de Monforte
18.30h - Reflexão sobre o Modelo do Congresso
Mesa: Secretariado
Preside: Câmara Municipal de Portalegre
Intervenção: Presidente da Câmara Municipal de Beja
Relator: Joaquim Baguinho
20.00h - Jantar livre
21.00h - Bonecos de Santo Aleixo (Sociedade Filarmónica Monfortense)
Tourada (Praça de Touros de Monforte)

Dia 29 | Sábado

10.00h - 11.30h - Primeiro Painel
Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida
Mesa: Presidente da Mesa, Relator e convidados
Preside: Câmara Municipal de Évora
Relator: Álvaro Nobre
Convidados: Maria Filomena Mendes (Instituto Nacional de Estatística)
José Maria Pós de Mina (Associação de Defesa de Alqueva)
10.45h - Debate
11.30h - Pausa para café
11.45h - 13.00h - Primeiro Painel
Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida
Mesa: Presidente da Mesa, Relator e convidados
Preside: Universidade de Évora
Relator: Álvaro Nobre
Convidados: José Manuel Duarte Regato (Escola Superior Agrária de Beja)
Lino de Carvalho (Deputado)
Debate
13.00h - Almoço
15.00h - 16.30h - Primeiro Painel
Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida
Mesa: Presidente da Mesa, Relator e convidados
Preside: Associação de Defesa de Alqueva
Relator: André Espenica
Convidados: Abílio Amiguinho

(Escola Superior de Educação de Portalegre)

Jorge Carvalho (Urbanista)
Debate

16.30h - Pausa para café

16.45h - 18.00h - Primeiro Painel
Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida

Mesa: Presidente da Mesa, Relator e convidados

Preside: Câmara Municipal de Sines

Relator: André Espenica
Convidados: Fernando Travassos (Associação de Municípios do Litoral Alentejano)

João Andrade Santos (Associação das Regiões de Turismo do Alentejo)

Diogo Júlio Serra (União de Sindicatos do Distrito de Portalegre)

18.00h - Conclusão dos Trabalhos

19.00h - Jantar do Congresso (Tenda junto ao Fénix Hotel)

21.00h - Actuação de Vitorino (Praça da República)

Dia 30 | Domingo

10.00h - 10.45h - Segundo Painel
Poder Local, Cidadania e o Futuro
Mesa: Presidente da Mesa, Relator e convidados
Preside: Câmara Municipal de Beja
Relator: Luís Pragana
Convidados: Jorge Cordeiro (Comissão Política do PCP)
José Seia da Silva (Federação Distrital do PS)
José Raul dos Santos (Comissão Política do PSD)
10.45h - Pausa para café
11.00h - 12.30h - Segundo Painel
Poder Local, Cidadania e o Futuro
Mesa: Presidente da Mesa, Relator e convidados
Preside: Câmara Municipal de Beja
Relator: Luís Pragana
Debate
12.30h - Homenagem a Bento Jesus Caraça
Mesa: Secretariado e filho do homenageado
Preside: Câmara Municipal de Monforte
Intervenção: João Paulo
13.00h - Encerramento do Congresso
Mesa: Secretariado
Preside: Câmara Municipal de Monforte
Intervenção: Câmara Municipal de Évora

INFORMAÇÕES ÚTEIS

- O XII Congresso sobre o Alentejo tem como Lema “25 Anos de Poder Local Democrático no Alentejo - Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida”.
- O Congresso realiza-se em Monforte nos dias 28, 29 e 30 de Setembro, no Pavilhão Municipal, na Zona Desportiva de Monforte e funciona em Plenário, com dois painéis.
- Painéis:
 - Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida (Primeiro Painel)
 - Poder Local, Cidadania e o Futuro (Segundo Painel)
- O Secretariado do Congresso é composto pela Associação de Defesa de Alqueva, Casa do Alentejo, Jornal Diário do Alentejo, Universidade de Évora e Câmaras Municipais de Beja, Évora, Portalegre, Sines e Monforte.

- Cada um dos temas tem intervenções de enquadramento a proferir por congressistas convidados.
- Nos períodos de debate podem os congressistas participar livremente mediante entrega na mesa de pedido de uso da palavra.
- O Secretariado do Congresso funciona na Câmara Municipal de Monforte.
Praça da República
7450-111 Monforte
Tel.: 245 578 060/3/5
Fax: 245 573 423
- As inscrições dos congressistas são realizadas mediante entrega ou envio de boletim próprio, sendo o valor de cada inscrição 2500\$00.
- Podem ser efectuadas inscrições pelo e-mail: congresso@alentejonet.org

Monforte com muito que mostrar



Monforte possui um vasto património histórico-cultural que testemunha o seu passado multissecular e cultural. A principal actividade económica do Concelho é a agricultura, destacando-se também a criação de gado equino e bovino. No sector secundário, destaca-se a indústria de extração de granito.

O Concelho de Monforte situa-se no Norte Alentejano e agrupa quatro freguesias: Assumar, Monforte, Santo Aleixo e Viamonte.

Monforte possui um vasto património histórico-cultural que testemunha o seu passado multissecular e cultural. Do património cristão destaca-se: o Rossio que integra três igrejas e uma pequena capela: o Calvário (sécs. XVIII-XX); a Igreja de N. Sr.ª da Conceição (XVII-XVIII); a Igreja de S. João Baptista (séc. XVIII) e ainda a Capela do Sr. da Boa Morte (séc. XIX). A obra de Requalificação Paisagística do Rossio irá implementar um percurso pedonal entre as igrejas, com escadarias e miradouro, zonas relvadas e iluminação.

A Praia Fluvial é uma área de lazer onde se poderá desfrutar da qualidade do ambiente natural, praticar desporto, promover novas práticas de turismo...

Dentro da Vila sobreviveu um grupo considerável de edificações sacras, como a Igreja da Ordem Terceira e a Igreja Matriz, que tem anexa a Capela dos Ossos. Na Igreja de N. Sr.ª da Madalena (séc. XIV) encontra-se a exposição permanente do espólio arqueológico proveniente da Villa Lusitano-Romana de Torre de Palma.

Um outro valioso património do Concelho é o Centro de Reprodução do Rafeiro do Alentejo onde se encontram exemplares desta Raça, dotados de um elevado padrão de qualidade.

A principal actividade económica do Concelho é a agricultura, destacando-se também a criação de gado equino e bovino. No

sector secundário destaca-se a indústria de extração de granito.

Monforte reúne condições favoráveis à atracção de pequenas e médias empresas. Existe uma zona industrial com 35 ha, completamente infraestruturada.

O Artesanato local é reflexo da vivência deste povo. Podemos apreciar a cestaria, as esteiras, as cadeiras de bumbo, objectos em cortiça, madeira, corno e peles. Podemos apreciar estes produtos num importante certame anual promovido pela Autarquia, a Monforfeira. Para além de um grande espaço destinado a exposição, compra e venda de produtos, o certame conta também com um leque diversificado de eventos lúdico-recreativos, tendo-se tornado num dos mais importantes acontecimentos regionais.

No âmbito desportivo e recreativo, destacamos a existência de Polidesportivos, courts de ténis, piscinas (coberta e descoberta). Onde em tempos se perspectivou a implementação do aterro de resíduos sólidos industriais, está a construir-se o campo de tiro, transformando-se este local num importante espaço de lazer e desporto.

Os mais pequenos têm ao seu dispor uma rede de apoios à infância, parques infantis, jardins de infância públicos e actividades de ocupação de tempos livres...

A quem pergunta, onde podemos ficar? Respondemos: Para além das unidades de turismo rural, Monforte possui uma unidade hoteleira, o Fénix Hotel.

Por tudo isto e muito mais, vale a pena viver o Concelho de Monforte!





UMA FORÇA
DOS CONSUMIDORES

A GUERRA JÁ COMEÇOU?

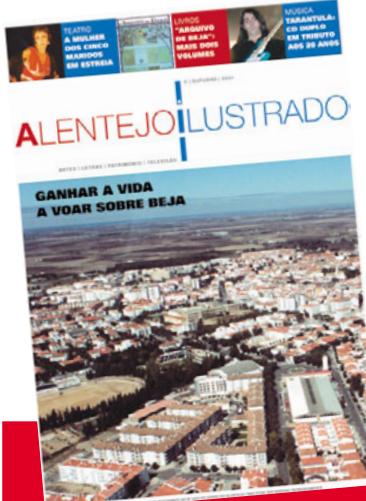
Continuam a rufar os tambores de guerra.

Intensificam-se um pouco por todo o mundo as grandes movimentações de porta-aviões, helicópteros, tanques, tropas normais e especiais, espiões da CIA e de outros serviços secretos. Ao mesmo tempo, no Afeganistão, há milhares de pessoas fugindo aos bombardeamentos anunciados e desenha-se uma catástrofe humanitária de enormes dimensões. Presidentes, primeiros e segundos ministros, reis depostos, teólogos, generais, comentadores e jornalistas – todos consideram iminente a retaliação dos Estados Unidos e seus aliados britânicos contra objectivos ainda incertos. É a operação "Liberdade Duradoura" em marcha irreversível, apesar das vozes que se multiplicam condenando inequivocamente tanto o terrorismo como a guerra.

A ver vamos como vai decorrer a "cruzada" de Bush e Blair contra Bin Laden e os talibã – em que à justiça se prefere a vingança, em que se privilegia os interesses estratégicos norte-americanos em detrimento da procura de soluções para as profundas desigualdades económicas entre as nações.

Uma nota final sobre a participação de Portugal neste conflito que, como outros, sabe-se como começou mas não como vai acabar. O Governo PS não hesitou em ceder de imediato as Lajes aos Estados Unidos e, no quadro das resoluções da NATO, considera o País já em guerra, sem que o povo português se tenha apercebido do que isso significa.

Carlos Lopes Pereira



Diário do Alentejo

JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • DIRECTOR: CARLOS LOPEZ PEREIRA • ANO LXX • Nº 1015 (II SÉRIE) • 5 DE OUTUBRO DE 2001 • € 0,65/130\$00

O XII Congresso sobre o Alentejo, em Monforte, reafirmou a importância de Alqueva, debateu o desenvolvimento e reflectiu sobre os congressos futuros



CONGRESSO DEFENDE REGIONALIZAÇÃO

pág. 2 a 5

PONTE DE SERPA EM OBRAS



Segurança não é afectada

pág. 24



Sociedade
Reformados
reivindicam
condições

pág. 13



Autárquicas
Moleiro
à conquista
de Beja

pág. 8



Futebol
Desportivo
derrota
Pescadores

pág. 20

Ganhar a vida a voar sobre Beja

ALQUEVA E REGIONALIZAÇÃO DOMINARAM DEBATES DO XII CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO

Alentejo

Monforte, o Congresso possível

OXII Congresso sobre o Alentejo, subordinado ao tema “25 Anos de Poder Local democrático, dividiu-se em dois painéis. O primeiro, intitulado “Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida”, decorreu durante todo o segundo dia do fórum, com Alqueva e os fins múltiplos do empreendimento como pano de fundo e com José Pós-de-Mina, presidente da Câmara Municipal de Moura e presidente da Associação de Defesa do Alqueva, a anunciar para o primeiro semestre de 2002 a realização de um debate sobre a importância do empreendimento no desenvolvimento do Alentejo.

Lino de Carvalho, deputado do Partido Comunista Português, falou ao Congresso dois dias depois do projecto de lei do PCP para a reestruturação fundiária do perímetro de rega de Alqueva ter sido chumbado na Assembleia da República, e centrou a sua comunicação na questão da importância da água e das reservas estratégicas para o desenvolvimento da região. Para o deputado, Alqueva pode vir a tornar-se numa “frustração para as expectativas que todos pormos no desenvolvimento agrário do Alentejo” e “um escândalo público se este acabar por servir apenas uns e não toda a comunidade”. A ideia do fim do latifúndio foi repartida por Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, que exige a eliminação da grande propriedade e a reestruturação fundiária no perímetro de rega de Alqueva, pois o latifúndio “tem sido o responsável pela desertificação física e humana do Alentejo, assim como pela ausência de emprego”. Com uma comunicação centrada nas resoluções da CGTP, após reunião realizada em Moura, a 17 de Setembro, ficaram ainda as exigências de garantia de democratização no acesso à terra, através de concurso público e contratos de arrendamento, e da garantia de níveis mínimos de produção nas unidades de exploração, nas terras onde seria mantido o controlo e a posse do Estado. A necessidade da formação profissional em torno das novas exigências das culturas de regadio ficou também registada pela voz de José Manuel Regado, da Escola Superior Agrária de Beja.

Convocado sob o lema “25 Anos de Poder Local Democrático no Alentejo – Desenvolvimento, Participação e Qualidade de Vida”, o XII Congresso sobre o Alentejo, realizado de 28 a 30 de Setembro em Monforte, reafirmou a importância do projecto de Alqueva e colocou a regionalização de novo na actualidade. Uma das conclusões do Congresso

de Monforte aponta para a mudança do presente modelo do grande fórum dos alentejanos. No próximo ano será apresentada uma proposta tendo em vista um novo formato do Congresso. Além de Alqueva e da regionalização, o ordenamento do território, o ensino superior, o turismo e o Poder Local foram temas abordados.

TEXTO SANDRA SERRA FOTOS JOSÉ SERRANO E JOSÉ FERROLHO



O Congresso de Monforte debateu grandes temas da actualidade regional e nacional e reflectiu sobre o seu próprio funcionamento

O segundo painel, dedicado ao “Poder Local, Cidadania e o Futuro”, ficou marcado pela ausência de Ceia da Silva, da Federação Distrital de Portalegre do Partido Socialista, que em carta aos congressistas explicou que não era “o elemento indicado pelo PS como ponente neste Congresso”, apesar de o Secretariado do Congresso insistir em que foi ele o indicado pelo PS nacional.

José Raul Santos, presidente da Câmara Municipal de Ourique e presidente da Distrital do PSD de Beja, foi o representante laranja no Congresso. Segundo o autarca, os problemas da região há muito que estão diagnosticados, mas “o tratamento das doenças que afectam a região continua por fazer” e, por isso, é necessário “dar continuidade aos congressos sobre o Alentejo, depois deles terem terminado”. José Raul Santos pediu a unidade de todos, independentemente do posicionamento partidário, para que se alcance uma “verdadeira dinâmica que

dê mais protagonismo às nossas ideias”. Pois, acredita o autarca, só através dessa “conjugação de esforços se pode superar o espartilho imposto pela administração central.”

Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do PCP, reafirmou a imperatividade da criação das regiões administrativas e o reforço das competências das autarquias que se traduzam “não na transferência de encargos mas sim em ganhos reais de investimento e de afectação dos recursos públicos nacionais em benefício das populações e das suas necessidades”.

O único congressista a apresentar proposta de debate, durante este painel, foi Francisco do Ó Pacheco, presidente da Assembleia Municipal de Sines, que condenou a falta de um plano estratégico regional que ligue Alqueva ao aeroporto de Beja e ao Porto de Sines, e propôs ao Congresso a exigência da abertura da discussão em torno da regionalização e da criação da região-piloto do Alentejo,

“já que foi esta a vontade manifestada em referendo pelos alentejanos”.

E muito mais não se disse, pois não houve muitos oradores a disponibilizarem o seu contributo para a discussão. Também não houve propostas para a alteração do Secretariado do Congresso – que deverá passar a incluir regiões de turismo, sindicatos e associações empresariais, assim como a substituição das autarquias pelas associações de municípios, de forma a evitar a “autarquização”, como explicou Jorge Pinto, vereador da Câmara Municipal de Évora – e, assim, cabe ao actual Secretariado apresentar as propostas de alteração, em 2002.

Menos gente, poucas propostas e algumas críticas

O Congresso sobre o Alentejo tem sido conotado, pelo PS e PSD, de tentativa de “aproveitamento político” por parte do PCP mas, para autarcas e dirigentes comunistas presentes

no fórum, as críticas não têm fundamento e tudo se resume a “medos e papões de há 25 anos atrás”, como disse o presidente da Câmara Municipal de Monforte, Rui Maia da Silva.

À margem das comunicações e, em declarações ao “Diário do Alentejo”, Jorge Cordeiro respondeu em relação a estas críticas: “O PCP não tem o hábito de instrumentalizar entidades e instituições” e, acrescenta, “quem nos acusa devia olhar para a sua prática para concluir que as práticas de instrumentalização e de uso estão mais próximas deles do que daqueles que acusam”. Já Lopes Guerreiro, presidente da Câmara Municipal de Alvito, dizia que “se acham que o PCP tenta ter uma influência dominante, então que haja uma participação maciça dos outros partidos para alterar esse estado de coisas. Podendo haver alguma razão de fundo nas críticas feitas, elas caem pela base a partir do momento em que essas pessoas não estão disponíveis para participar”.

A reformulação do Congresso, aparentemente, agrada a todos. Lopes Guerreiro é peremptório: “O Congresso precisa de ser renovado, de forma a dinamizar e interessar mais as diversas entidades”. Quanto a balanços, o autarca manifestou, ao segundo dia de fórum, algum desagrado pela forma como o Congresso estava a decorrer. “Muito morno”, foi a frase utilizada por Lopes Guerreiro. “O debate não está a ocorrer” e, “para além de reflexões pessoais ou de grupo, importava que do Congresso saíssem conclusões que fossem consensuais e mobilizadoras da população do Alentejo”.

Para José Raul Santos, presidente da Distrital social-democrata de Beja, o Congresso “ficou muito aquém daquilo que poderia ter sido possível” e só existirá um verdadeiro Congresso sobre o Alentejo quando “ele não estiver sujeito a uma ordem de trabalhos”.

Já segundo Abílio Fernandes, o balanço do Congresso é “bastante positivo”, pois “teve a felicidade de abordar três temas fundamentais: Alqueva, turismo e Poder Local, matérias de extrema importância para o desenvolvimento do Alentejo”. No entanto, Abílio Fernandes dizia na sessão de encerramento do XII Congresso sobre o Alentejo: “Este foi o Congresso possível”, remetendo a menor participação para “os condicionalismos nacionais e internacionais de grande inquietação”.

Apesar do número de congressistas inscritos ter sido semelhante ao registado nos anos anteriores (cerca de 500), o número de presenças permanentes foi menor. Uma das explicações encontrada tem a ver a proximidade das eleições autárquicas, que faz com muitos se encontrem indisponíveis. Esta é a justificação encontrada por Pinto Sá, presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo – a autarquia que irá receber o XIII Congresso sobre o Alentejo, a decorrer em 2003 – para “um debate aparentemente mais calmo”.

Desde 1985 que algumas das questões mais relevantes do Alentejo são debatidas em Congresso. A primeira edição realizou-se em Évora e reuniu cerca de 600 congressistas. Beja, Elvas, Sines, Portalegre, Évora, Estremoz e Santiago do Cacém, acolheram as seguintes.

XII EDIÇÃO REFLECTE SOBRE NOVO MODELO

Congresso propõe alterar o formato

Criar uma estrutura permanente e dotar o Congresso de personalidade jurídica própria foram algumas das pistas para a mudança deixadas em Monforte.

TEXTO CARLA FERREIRA

O XII Congresso sobre o Alentejo, que decorreu em Monforte entre os passados dias 28 e 30, sob o tema “25 anos de Poder Local Democrático no Alentejo – Participação, Desenvolvimento, Qualidade de Vida”, ficou marcado pela reflexão sobre o modelo e a estrutura a adoptar no futuro para este fórum de discussão, face às alterações entretanto ocorridas no tecido social da região. A primeira edição decorreu em Évora, há 16 anos atrás. As pistas para a mudança foram lançadas logo no painel de abertura, mas os contributos recolhidos não foram suficientes para tomar qualquer tipo de decisão, tendo o Secretariado sido mandatado para aprofundar as questões levantadas, “promovendo em 2002 um debate intenso e alargado, por forma a construir uma proposta a implementar”, tal como se pode ler nas conclusões do Congresso.

Quanto ao modelo a adoptar, e colocando em cima da mesa hipóteses como a adopção de uma temática genérica ou a abordagem de temas específicos, o funcionamento em plenário ou por secções simultâneas, o representante do Secretariado, José Manuel Carreira Marques, sugeriu que se poderá optar por uma solução “aberta que permita ao organismo intercongressos definir, em cada momento, qual o tipo de congresso mais adequado à conjuntura correspondente ao momento da sua realização”.

Mais problemática afigura-se a questão da futura estrutura, que toca em aspectos como a composição e o alargamento do Secretariado. O Secretariado entende, como referiu o presidente da Câmara de Beja, que a actual composição “não corresponde já hoje às modificações sofridas no tecido social do Alentejo ao longo destes 16 anos”. Assim sendo, como explicar que sejam as autarquias das capitais de distrito e sub-região e não as associações de municípios a marcar presença naquele organismo; que seja a Universidade de Évora a única instituição a representar o ensino superior ou o “Diário do Alentejo” o único órgão a dar voz à comunicação

algo pertinentes mas vagas e, definitivamente, pouco conclusivas. Carmelo Aires, vereador independente na Câmara de Évora, defendeu que está na altura de “desmunicipalizar um pouco os congressos” – no sentido de que são excessivas as responsabilidades que pendem sobre as autarquias – e de “abrir o leque” do Secretariado a um maior e “mais heterogéneo” número de instituições da sociedade alentejana. Na prática, isto poderia ser feito, continuou, através da criação de um órgão mais alargado (Conselho Geral) que “no período intercongressos, definiria a composição do Secretariado”, este, sim, mais reduzido, “para poder ser operativo”.

João Andrade Santos, presidente da Região de Turismo de Évora, considerou ser “fundamental” o apoio do Congresso à proposta do Secretariado no sentido de “alargar a sua estrutura permanente às entidades que, de então para cá, fizeram surgir na região novas dinâmicas” e revelou que, caso seja abordada, a Associação das Regiões de Turismo do Alentejo (ARTA) tomará uma “decisão favorável”. Andrade Santos sugeriu ainda a criação de um órgão (Comissão Promotora), que deve incluir “o máximo de estruturas representativas das actividades sociais, culturais, económicas e administrativas da região”, e dar origem ao novo Secretariado, uma estrutura necessariamente mais pequena.

“Ficaram de fora muitos agentes de todas as áreas deste Alentejo”

António Tereno, que falou por último, acabou por ser o único a agitar as águas. O presidente da Câmara Municipal de Barrancos lembrou que, mais uma vez, “ficaram de fora muitos agentes de todas as áreas deste Alentejo, alguns talvez porque quiseram mas se, calhar nós, congressistas, deveríamos ter a coragem e a sabedoria de trazê-los até nós”. Em declarações ao “Diário do Alentejo”, António Tereno adiantou – sublinhando sempre que o “Congresso é apartidário e a região deve ser sempre o conceito maior” – que estiveram ausentes, não só “muitos presidentes de Câmara” da região, como também as “figuras gradas da nossa vida económica, social, e até do desporto e da cultura”. A atitude a adoptar pelo Congresso no futuro, sugeriu, deverá passar por ser “suficientemente aberto e atingir todos os quadrantes”, nem que seja preciso, para tal, “convidar as pessoas pessoalmente” e trabalhar “todo o ano, como a formiga”.

Carmelo Aires defende a “desmunicipalização” do Congresso

Os ecos as estas propostas de alteração estiveram aquém do esperado, com intervenções



DOCUMENTO FINAL APROVADO PELO XII CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO

A regionalização continua actual

OXII Congresso sobre o Alentejo reuniu-se de 28 a 30 de Setembro de 2001 no Pavilhão Municipal de Monforte, com a participação de mais de 500 congressistas de todo o Alentejo e do País.

Convocado sob o lema “25 Anos de Poder Local Democrático no Alentejo – Desenvolvimento, Participação e Qualidade de Vida”, o Congresso decorreu em plenário, abordando dois temas fundamentais – “Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida” e “Poder Local, Cidadania e o Futuro”, antecedidos de uma primeira sessão na qual se reflectiu sobre o futuro do Congresso, seu modelo e estrutura.

Realizando-se no ano em que se comemoram 25 anos de Poder Local democrático, o Congresso assinala o seu determinante papel no desenvolvimento da região e na consolidação da democracia.

Reflexão sobre o Modelo do Congresso

O Secretariado colocou ao Congresso uma série de questões relativas ao seu futuro, nomeadamente quanto ao seu modelo e estrutura, problematizando as seguintes questões:

Modelo de Congresso – temática genérica ou abordagem de temas específicos;

- funcionamento em plenário ou por secções;

- modelo fixo ou a definir para cada congresso.

Estrutura do Congresso – composição e alargamento do Secretariado em função das alterações ao tecido social do Alentejo;

- criação de estruturas permanentes;
- institucionalização do Congresso através da assunção de personalidade jurídica.

O Congresso manda o actual Secretariado para aprofundar as questões levantadas, promovendo em 2002 um debate intenso e alargado, por forma a construir uma proposta a implementar.

Valorização do Território, Desenvolvimento e Qualidade de Vida

Censos 2001

O Congresso registou com preocupação a acentuada diminuição e envelhecimento da população da região (-2.8% em relação a 1991), bem como a tendência para a sua concentração em áreas predominantemente urbanas em detrimento das rurais, considerando premente a adopção de medidas que invertam estas tendências que se têm vindo a expressar nos últimos censos, na medida em que a população, ao constituir um factor fundamental do desenvolvimento, se apresenta, no actual quadro, como um obstáculo ao processo de crescimento e afirmação da região.

Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

Analizando a actual situação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, o Congresso considera:

- a necessidade de se confirmar inequivocamente a natureza de fins múltiplos do empreendimento e o objectivo principal de proporcionar a melhoria das condições e da qualidade de vida das populações e o desenvolvimento da região;

- que os diversos planos de ordenamento do território em elaboração devem corresponder,



A reflexão sobre a criação de uma região-piloto no Alentejo foi uma das ideias saídas do Congresso de Monforte

efectivamente, aos interesses da região;

- a necessidade de se assumir uma postura política mais interveniente e activa na defesa dos interesses nacionais, exigindo a aplicação dos artigos da convenção sobre a cooperação para a protecção e o aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas luso-espanholas;

- que o modelo de gestão do empreendimento deve assegurar a participação das populações e das suas estruturas representativas;

- urgente a definição de uma política de reestruturação fundiária, no perímetro de rega do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, que garanta a democratização do acesso à terra a pequenos agricultores, rendeiros, seareiros, jovens agricultores e operários agrícolas sem terra;

- que devem ser implementados programas de formação profissional que contribuam para uma real qualificação dos recursos humanos da região e assegurem a viabilidade do empreendimento;

- indispensável assegurar aos trabalhadores condições adequadas de trabalho e de remuneração apostando-se na valorização e dignificação do papel dos trabalhadores que constituem pilar essencial da concretização do empreendimento;

- que devem ser criadas estruturas de transformação, escoamento e comercialização da produção;

- que deve ser exigida a renegociação da PAC de forma a ultrapassar os constrangimentos das quotas de produção de muitas culturas agrícolas a serem produzidas no perímetro de rega.

Regionalização

O Congresso reconhece a importância de manter vivo o debate sobre as grandes questões regionais, tais como a regionalização, cuja actualidade se mantém. O processo de instituição em concreto das regiões administrativas deverá ser retomado, tendo em conta que nesta região ficou claramente expressa a vontade dos alentejanos no referendo realizado, devendo

retomar-se a reflexão sobre a oportunidade da criação da região-piloto Alentejo.

Ordenamento do Território e Desenvolvimento

Três anos após a aprovação da nova Lei de Bases do Ordenamento do Território, tarda a apresentação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e, consequentemente, continua a não existir uma estratégia de ordenamento do País nem uma política para a rede urbana, para a rede de transportes e para as grandes infra-estruturas e equipamentos, que direccione de forma coerente os investimentos estruturantes do território.

Contrariamente, continua a verificar-se uma imprudente indiferença pelas grandes questões do ordenamento do território nacional e regional, com a consequente incapacidade para formular uma verdadeira política de cidades.

Assim, continuam a ser os municípios, entregues a si próprios, que mais esforços desenvolvem no ordenamento do território, concretizando, por vezes em condições muito adversas, os instrumentos de ordenamento e gestão territorial.

O congresso concluiu que, com a conclusão dos Planos Directores Municipais, se fechou um ciclo de planeamento e agora um novo se abre. Neste novo ciclo os municípios devem concentrar os seus esforços a “montante” e a “jusante” dos PDM: a “montante”, pela necessidade de repor uma visão integrada de ordenamento territorial que responda pelos interesses supramunicipais e regionais, concertando iniciativas (repondo uma visão supramunicipal que a ausência de regionalização veio negar); a “jusante”, pela necessidade de configurar um quadro de vida urbano de qualidade e sustentável, através dos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.

O Congresso concluiu, ainda, que a análise das dinâmicas territoriais em curso no Alentejo indica uma reconfiguração do espaço regional que tende a reforçar assimetrias

internas traduzidas no fortalecimento dos principais centros urbanos e eixos logísticos e enfraquecimento do grau de coesão interna gerando problemas acrescidos de periferização/marginalização de uma significativa parte da região. Tal evolução reforça a necessidade de intervenção ao nível sub-regional e regional por forma a contrariar estas dinâmicas.

Ensino Superior

O Congresso conclui que as instituições de ensino superior têm um importantíssimo papel a desempenhar no desenvolvimento da região. Desde logo na educação e formação, como pré-requisito para o desenvolvimento e como conteúdo desse desenvolvimento, na reconstrução da auto-estima, na aprendizagem ao longo da vida, no desenvolvimento de uma economia plural (economia social, empresas, organismos públicos), na valorização dos recursos endógenos, apoiando iniciativas, apoiando os processos de desenvolvimento local, etc.

As instituições de ensino superior podem cooperar e participar em parcerias de desenvolvimento local, reforçando as redes ou malhas de actuação horizontal. Tais envolvimentos teriam como consequências: a potenciação recíproca das capacidades das entidades locais; a maior autonomia das instituições; a promoção de mudanças no plano científico redirecionando as práticas de investigação para o domínio da investigação/acção; a produção de intervenções de âmbito pluridisciplinar; e uma maior visibilidade das próprias instituições de ensino superior.

A presença de instituições de ensino superior no Alentejo deve ser entendida como uma mais-valia para o processo de desenvolvimento da região, na medida em que constitui uma condição necessária à respectiva qualificação.

Turismo

O Congresso considera que o desenvolvimento turístico do Alentejo se tem processado de forma paulatina mas segura, embora



Carvalho da Silva, líder da CGTP, Lino de Carvalho, deputado, Abílio Fernandes e António Tereno, autarcas, usaram da palavra no Congresso de Monforte



quase que exclusivamente à custa de factores endógenos, sendo imperativo que venha a beneficiar de maiores apoios do Poder Central, nomeadamente no que respeita à operacionalização do Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, ao funcionamento e financiamento da ARTA e a maior apoio estatal à promoção do turismo no novo mercado interno alargado.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva deverá, também, desencadear um processo de dinamização turística dos territórios sob a sua influência.

O Congresso recomenda a adopção e difusão do logotipo Alentejo, por forma a que os diversos agentes com protagonismo na região se possam reconhecer num símbolo gráfico que, pela sua utilização sistemática, possa vir a dar força ao novo marketing territorial e à imagem de marca da região.

Cooperação

A cooperação transfronteiriça foi considerada como um importante instrumento de desenvolvimento regional, sendo sublinhada a importância do Plano Estratégico de Cooperação Transfronteiriça Huelva-Algarve-Alentejo integrado no programa INTERREG III.

Cultura, Ciência, Associativismo

O Congresso regista com apreço a dinâmica de diversos sectores da sociedade alentejana com expressão na criação de estruturas associativas e científicas e na investigação sobre vultos da cultura da região e sobre temas patrimoniais, culturais e científicos do Alentejo, constatando-se a oportunidade da sua utilização enquanto recursos estratégicos do desenvolvimento integrado regional.

Foi ainda reiterado o apoio à proclamação saída do IV Congresso Nacional das Colectividades, que repudia os pacotes legislativos que visam enfraquecer os pequenos clubes, que reafirma a importância do papel do dirigente associativo voluntário exigindo a definição do seu estatuto, que valoriza as potencialidades do movimento associativo enquanto parceiro social e que exige o reforço dos apoios por parte do Estado. O associativismo continua a promover e a fomentar valores de cidadania que contribuem para a formação integral do Homem e para a melhoria da qualidade de vida das populações, logo, para o desenvolvimento sustentado da região.

Trabalho – factor de desenvolvimento

O Congresso considera que só alterando as políticas que têm imposto à região o atraso económico e a desertificação será possível garantir aos alentejanos e em particular aos trabalhadores do Alentejo as condições de vida

e de trabalho que estes anseiam e merecem.

Reafirma ainda que a discriminação positiva do Alentejo, tão falada e prometida, não se concretizou, mantendo-se os problemas estruturais da região.

O modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários, a secundarização e mesmo a destruição de componentes importantes do aparelho produtivo, nomeadamente no sector empresarial do Estado, a ausência de uma política coerente de formação e qualificação dos trabalhadores, a crescente precarização do trabalho com expressão particularmente acentuada nos trabalhadores imigrantes, favorecem baixos níveis de produtividade, constituem entraves ao verdadeiro e necessário desenvolvimento da região e atentam contra os direitos dos trabalhadores.

Poder Local, Cidadania e o Futuro

O Congresso acolheu as opiniões manifestadas pelos representantes dos partidos políticos com representatividade no Poder Local da região, sendo de assinalar os seguintes aspectos:

– A qualidade de vida como indissociável do papel desempenhado pelo Poder Local democrático.

– O papel essencial do Poder Local enquanto motor de transformação das condições de vida e espaço de afirmação de direitos.

– O Poder Local como espaço privilegiado

para a resolução de problemas, de elevação das condições de vida, de luta e reclamação de direitos, de participação e envolvimento populares.

– O papel relevante do Poder Local na construção de uma cidadania consciente e exigente.

– A necessidade de defesa da autonomia administrativa e financeira e da descentralização administrativa.

– O prosseguimento da defesa da instituição em concreto das regiões administrativas.

– A manutenção da pluralidade e representatividade no Poder Local.

– A necessidade de conjugação de esforços para superar o espartilho imposto pela administração central personificada na ação governativa.

– A rejeição de atitudes afrontosas de figuras empossadas em cargos de responsabilidade política local e regional, que priorizam quase sempre as estratégias de Lisboa em detrimento dos interesses concretos da região.

– A necessidade de retomar e reforçar as dinâmicas que dão protagonismo às ideias e ao querer dos alentejanos, ultrapassaram do eventuais receios de assunção pública da nossa identidade regional.

– A identidade regional e a unidade de ação dos alentejanos pode e deve ser reforçada e não deve ser entravada pelas diferentes opções partidárias que, quando devidamente exercidas,

constituem factor de enriquecimento do tecido social regional.

O Congresso presta homenagem a Bento de Jesus Caraça, insigne democrata e anti-fascista e ilustre matemático e pedagogo alentejano, figura ímpar da cultura do século XX.

O Congresso saúda a população de Monforte, bela vila do Norte Alentejano, que soube pôr em prática a tradicional hospitalidade alentejana no acolhimento aos congressistas, proporcionando as excelentes condições de trabalho de que todos desfrutámos.

O Congresso agradece a todos os trabalhadores e, em particular aos da Câmara Municipal de Monforte, a dedicação e o empenho demonstrado durante a preparação e realização desta importante iniciativa dos alentejanos.

O Congresso agradece, ainda, a presença de todos os profissionais da comunicação social regional e nacional que efectuaram a cobertura dos trabalhos ao longo destes três dias.

O XII Congresso sobre o Alentejo decide aceitar a proposta da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que a próxima edição deste grande fórum alentejano se realize no seu concelho.

O XII Congresso sobre o Alentejo
Monforte, 30 de Setembro de 2001



O XII Congresso sobre o Alentejo foi também um momento de reafirmação da identidade cultural alentejana

Caminhos de seriedade e ponderação

Urante três dias, Monforte foi palco do XII Congresso sobre o Alentejo, onde centenas de congressistas debateram temas de reconhecida importância para o futuro da região como, de resto, sempre aconteceu nas 11 anteriores edições destes congressos que se realizam desde 1985.

Quem quiser, desapaixonadamente, visitar as páginas das actas destes fóruns, não poderá deixar de reconhecer que os Congressos sobre o Alentejo, independentemente dos locais onde se têm realizado, sempre se ocuparam dos grandes problemas do Alentejo e das aspirações das suas gentes e, sobre cada tema, concluíram por propostas e sugestões da mais relevante pertinência, seja qual for o campo ideológico em que cada um se situe. Muitas vezes é preciso deixar cair várias páginas do calendário para que as paixões momentâneas se aplaquem e se tenha de reconhecer que o equilíbrio e a seriedade das conclusões dos congressos são essencialmente justas e que a sua aplicação no tempo próprio teriam contribuído decisivamente para a mudança que tarda e todos desejamos.

Esta XII edição trilhou os mesmos caminhos de seriedade e ponderação, desde logo com o primeiro tema em debate que foi o seu futuro, o seu modelo e a sua orgânica, exactamente porque o Secretariado considerou que significativas mudanças ocorreram na região ao longo destes 16 anos, nomeadamente na área do ensino onde se desenvolveram os institutos politécnicos, na área económica onde nasceram diversas associações empresariais, na área da comunicação social e no associativismo de uma



JOSÉ MANUEL
CARREIRA MARQUES

*O Congresso
foi mais um
momento impor-
tante na vida da
região, com con-
tributos valiosos
de pessoas das
mais diversas for-
mações e de qua-
drantes ideológi-
cos diferenciados*

forma geral. Pretende-se uma estrutura mais consentânea com as novas realidades, onde a pluralidade e a diversidade tenham expressão mais condizente. O Congresso aceitou o desafio e encarregou o Secretariado de realizar em 2002 um debate intenso e alargado, por forma a construir uma proposta a pôr em prática.

O Congresso debateu a Valorização do Território, o Desenvolvimento e a Qualidade de Vida, tendo registado com preocupação a acentuada diminuição e envelhecimento da população, bem como a sua tendência para a sua concentração em áreas predominantemente urbanas, tendo concluído pela adopção de medidas que invertam estas tendências, já que o actual quadro demográfico se apresenta como um obstáculo ao processo de crescimento e afirmação da região.

Sobre Alqueva são várias as recomendações, todas elas tendentes a uma maior participação das populações, ao acesso à terra a pequenos e jovens agricultores e operários agrícolas, à necessidade de formação profissional, à criação de estruturas de transformação, escoamento e comercialização da produção e à renegociação da PAC para se ultrapassarem os constrangimentos das quotas de produção de muitas culturas agrícolas a serem produzidas no perímetro de rega.

Por outro lado, o Congresso reconheceu ser importante manter vivo o debate sobre a regionalização, tanto mais que foi o Alentejo quem no País se pronunciou claramente pela região administrativa e concluiu que deveria reflectir-se sobre a oportunidade da criação da região-piloto do Alentejo.

Concluiu ainda o Congresso que fechado o ciclo dos Planos Directores Municipais se deverá caminhar para uma visão integrada de planeamento de carácter supra municipal.

Debateu e concluiu ainda importantes alterações na política do ensino superior, mais virada para a sua autonomia, para as práticas de investigação e experimentação, para o apoio aos processos de desenvolvimento local e para a sua maior visibilidade.

O turismo, a cooperação transfronteiriça, a cultura, a ciência, o associativismo e o trabalho como factor de desenvolvimento foram igualmente preocupações do debate e de onde saíram interessantes conclusões.

A propósito dos 25 anos do Poder Local democrático, o Congresso reafirmou as posições públicas de defesa da autonomia dos municípios e freguesias, recusando as crescentes tendências centralizadoras, o reforço das dinâmicas que dão protagonismo às ideias e ao querer dos alentejanos e a preservação da identidade regional que não pode ser entravada.

O Congresso foi, pois, mais um momento importante na vida da região, com contributos valiosos de pessoas das mais diversas formações técnicas e profissionais e de quadrantes ideológicos diferenciados, que tiveram como único objectivo debater e propor o que de melhor desejam para o Alentejo, de forma aberta e plural, sem peias partidárias e com total sentido de responsabilidade porque o futuro precisa de todos e ficarão no lixo da História todos os responsáveis que cegamente se auto-excluem dos grandes problemas do Alentejo. ☺

O Congresso sobre o Alentejo e as guerrilhas entre comunistas e socialistas

Neste último fim-de-semana, a vila de Monforte acolheu mais um Congresso sobre o Alentejo, um acontecimento susceptível de criar expectativas a todos aqueles que aspiram por um espaço de debate sobre grandes temas regionais.

Do que me foi dado a observar nos momentos em que participei e pelos comentários que vários congressistas foram tecendo sobre o conteúdo e a validade das propostas apresentadas para discussão, a conclusão final que se colhe não é muito abonatória. Com efeito, sente-se cada vez mais a necessidade de reformular processos, de estabelecer outros parâmetros e critérios na estruturação do Congresso sobre o Alentejo. O modelo até agora seguido revela insuficiências e limitações que acabam por fragilizar o conteúdo da reflexão e da análise feitas no decorrer dos trabalhos.

Julgo não restarem dúvidas que é objectivo maior de qualquer reunião pública organizada para debater temas tão importantes como os que dizem respeito às questões da nossa terra é que a mensagem passe, que transite para o exterior e marque a agenda dos acontecimentos futuros.

Um tal propósito tem de, forçosamente, passar pela atenção dos órgãos de comunicação nacionais. Infelizmente, o Congresso de Monforte não mereceu o destaque que apesar de tudo merecia, um facto que nos deve obrigar a reflectir sobre os porquês de uma omissão tão acentuada por parte dos media.

Alguém comentava comigo que o pouco relevo dado ao Congresso na informação diária deveria estar directamente ligado aos acontecimentos que recentemente ocorreram nos Estados Unidos da América. Sem dúvida que a amplitude e projecção dada aos atentados terroristas acabaram por colocar, inevitavelmente, em plano secundário outras questões.

No entanto, temos de admitir que só em parte isto pode ser verdade. Por muito que nos custe, sobretudo à organização do Congresso sobre o Alentejo, temos de

concluir que o mal está mais na essência das temáticas levadas para discussão, do que na má vontade dos jornalistas da imprensa, da rádio e da televisão.

Falando com alguns deles, fico a saber que as matérias escolhidas para discussão são demasiado previsíveis, repetitivas, às quais falta a novidade, a polémica e o confronto de ideias e de opções, apesar deste ano se ter feito uma tentativa para uma reflexão sobre esta matéria.

A intenção de alguma coisa fazer, no sentido de alterar o método, pecou sobretudo por ser tardia e foi apresentada de uma forma pouco consistente. O problema é que insistimos em falar do Congresso em cima do acontecimento, como se tratasse de uma tarefa à qual não conseguimos fugir.

É óbvio que a vitalidade de um evento que queremos pujante e determinado fica afectado e muito condicionado na sua capacidade de influenciar tanto a opinião pública, como os organismos da administração central, quando a sua materialização peca por se assumir com pouca convicção.

Na intervenção que proferi durante o último Congresso, dei conta da minha preocupação em saber quais os resultados visíveis ao longo dos meses que se vão seguir até ao próximo evento do género. À semelhança dos anteriores, receio bem que haja lugar para a frustração. E assim sendo, a região acaba por se rever muito pouco num acontecimento que deveria ser um momento alto da nossa capacidade de agir e interagir em objectivos comuns.

Em primeiro lugar, o Congresso deveria ser realizado num espaço temporal mais alargado e intercalado com reuniões temáticas, seminários, encontros, sempre que os acontecimentos o justificassem. Neste aspecto, valeria pela eficácia a região poder discutir em cima do acontecimento determinadas matérias.

Em reforço desta proposta, deveria ser feito um esforço de mobilização muito mais acentuado da opinião pública regional. Por outras palavras, a população deve ser chamada



JOSÉ RAUL SANTOS

*Por vezes é
necessário despir
a camisola parti-
dária para enver-
gar aquela que
representa a
defesa dos inter-
esses da região.
Em Monforte
ficou patente
esta necessidade*

a participar e a dar o seu contributo para os conteúdos a discutir. Em paralelo, o Congresso deve ser entendido em toda a sua plenitude como um espaço de unidade, onde todas as sensibilidades políticas, associativas, empresariais, religiosas, do mundo do trabalho, a escola, se expressem sem constrangimentos. Em síntese, o Congresso deveria ser um espaço de confronto de ideias, de controvérsia, a partir da qual se procuraria o consenso possível.

Por outro lado, não podemos continuar a assistir à inqualificável guerrilha entre comunistas e socialistas, onde se esgrimam argumentos ideológicos ultramontanos, destituídos de razão e de fundamento, à luz da realidade actual. Dá a ideia de que alguns dirigentes destes dois partidos hibernaram desde 1975 e acordaram num quotidiano que não entendem. A representatividade partidária não pode ser o princípio, o meio e o fim dos Congressos sobre o Alentejo.

Até porque nem sequer se vislumbra neste contencioso um saudável confronto ideológico que tanto valorizava a vivência democrática. Assistimos ao realce de questões secundárias e acessórias em detrimento da análise dos problemas de fundo que estão a condicionar o nosso desenvolvimento.

Enquanto não for ultrapassado este triste e persistente diferendo entre os dois maiores partidos regionais, os Congressos sobre o Alentejo continuarão a sofrer as consequências profundamente negativas de uma hostilização que é própria de um certo subdesenvolvimento cultural.

Já não nos bastaram as divisões no processo da regionalização, que bem caras nos têm ficado, para continuarmos agora a assistir à instilação de ódios e rancores entre alentejanos, privando o Congresso sobre o Alentejo da participação de gente válida e com ideias claras sobre a sua terra e os seus problemas.

Haja bom senso, meus senhores. Por vezes é necessário despir a camisola partidária para envergar aquela que representa a defesa dos interesses da região. Em Monforte ficou patente esta necessidade. ☺